

ARGUMENTAÇÕES DA “CRISE DA APRENDIZAGEM” PRESENTE NOS DOCUMENTOS DO BANCO MUNDIAL EM FAVOR DO CAPITAL

Jociene Araújo Lima¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo geral analisar as argumentações do capital presente no discurso da “Crise da Aprendizagem” encontrado nos documentos do Banco Mundial nos anos de 2018 e 2022. Esta pesquisa é de cunho exploratório e de natureza bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica se pauta nos estudos de Leher (1998;1999), Pereira (2018), Freitas (2019), e Demo (2019), que são estudiosos que fazem uma crítica à atuação do Banco Mundial como executor das políticas globais de educação. Na análise documental iremos analisar os relatórios mundiais lançados pelo Banco Mundial nos anos de 2018 e 2022, que citam a crise da aprendizagem como formas de manipulação do capital para com as políticas educacionais. Por fim, concluímos, que a crise da aprendizagem disseminada nos documentos do Banco Mundial não apenas favorece as políticas neoliberais DESSA instituição como favorece a privatização da educação.

Palavras-chaves: Crise da aprendizagem. Banco Mundial. Educação. Aprendizagem. Crise Estrutural do capital.

ARGUMENTS OF THE “LEARNING CRISIS” PRESENT IN THE WORLD BANK DOCUMENTS IN FAVOR OF CAPITAL

Abstract: This work has the general objective of analyzing the arguments of capital present in the discourse of the “Learning Crisis” found in World Bank documents in the years 2018 and 2022. This research is exploratory in nature and of a bibliographical and documentary nature. The bibliographic research is based on studies by Leher (1998;1999), Pereira (2018), Freitas (2019), and Demo (2019), who are scholars who criticize the role of the World Bank as an executor of global education policies. In the documentary analysis, we will analyze the world reports released by the World Bank in the years 2018 and 2022, which cite the learning crisis as forms of manipulation of capital towards educational policies. Finally, we conclude that the learning crisis disseminated in the World Bank documents not only favors the neoliberal policies of THAT institution, but also favors the privatization of education.

Keywords: Learning crisis. World Bank. Education. Learning. Structural crisis of capital.

¹ Graduada em Pedagogia. Mestranda em Educação e Ensino pelo Mestrado Intercampi Educação e Ensino (MAIE) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail para contato: jocienelima@gmail.com

INTRODUÇÃO

Quando o assunto é educação, principalmente em um cenário internacional, não podemos deixar de falar no Banco Mundial, um organismo de muita influência e poder quando o assunto é educação em todo mundo. Leher (1999) encaixa o Banco Mundial como sendo uma instituição que cujo poder e atuação pode ser comparado a um ministério mundial da educação dos países periféricos (p.19). Para o autor, o Banco Mundial tem determinado como função da educação transformar o globo em mundo globalizado, colaborando com o aumento da economia dos países e acabar com as injustiças (Leher, 1998). Neste discurso, a pobreza e crise da aprendizagem são colocadas como grandes vilãs das desigualdades nos países periféricos. Através deste discurso, podemos perceber que existem muitas vantagens em o banco veicular essas problemáticas a suas políticas, primeiro ele aponta uma problemática e depois dar a solução, além de esconder que suas política para a educação não são eficaz visto que nos últimos anos ele vem fazendo um amplo trabalho de criar políticas com a falaciosa intenção de acabar com a crise da aprendizagem e a pobreza, colocando a educação no centro das estratégias, uma vez que ela destacada, como atividade capaz de fomentar o desenvolvimento econômico e social.

Várias pesquisas desenvolvidas pelo Banco Mundial têm propagado que os países mais pobres são aqueles em que o nível da educação é mais baixo ou passam por uma crise de aprendizagem. Essa crise da aprendizagem para o Banco Mundial se refere a falta de qualidade na educação, mesmo os sujeitos tendo acesso à educação, ao final de sua vida escolar, este sujeito não consegue habilidade mínima exigida para entrar no mercado de trabalho.

É partindo deste discurso da crise da aprendizagem disponível em vários relatórios, documentos, e reuniões do Banco mundial nos últimos 5 anos que este trabalho busca como objetivo geral analisar as argumentações presente no discurso da “Crise da Aprendizagem” encontrado nos documentos do Banco Mundial nos anos de 2018 e 2022. A metodologia usada neste trabalho foi a pesquisa qualitativa de abordagem bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica usaremos os escritos de Leher (1998, 1999), Pereira (2018), Freitas (2019), e Demo (2019) que traz um crítica a atuação do Banco Mundial como executor das políticas globais de educação.

Na pesquisa bibliográfica usaremos os relatórios mundiais do Banco Mundial, intitulados: “Desenvolvimento mundial 2018: aprendizagem para realizar a promessa da educação” (2018); “Pandemia de covid-19: choques na educação e respostas de políticas” (2020); “Agindo agora para proteger o capital humano de nossas crianças (2021)”; “Perdas de aprendizagem com a covid- 19 podem custar a esta geração de estudantes quase US\$ 17 trilhões em ganhos durante a vida” (2021) e “Recuperação das Perdas de Aprendizagem Provocadas pela Pandemia de COVID-19 no Brasil” (2022).

Este trabalho está dividido em duas partes: na primeira parte iremos contextualizar sobre a criação do Banco Mundial e como se dá sua influência nas políticas educacionais dos países periféricos, destacando o movimento Educação Para Todos como grande aliado. No segundo tópico iremos analisar os documentos do Banco Mundial da qual é enfatizado a crise da aprendizagem como centro das problemáticas sociais. Neste ponto, iremos analisar a manipulação por trás deste discurso, quais as vantagens do mesmo na política educacional do Banco mundial.

Todavia é preciso esclarecer que este trabalho não parte da análise de até que ponto essa premissa da crise da aprendizagem é comprovada verdadeira, iremos fazer apenas uma análise apenas do benefício deste discurso para Banco Mundial, como propagador e suposto solucionador desta crise.

1. O BANCO MUNDIAL E SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA EDUCACIONAL.

Para entender o movimento de interferência dos organismos multilaterais em uma perspectiva global, é necessário analisar as bases históricas e materiais que proporcionam este movimento. Os anos que seguiram 1970, são marcados pela interferência de instituições financeiras, que começaram a se engajar em questões relacionadas à educação (ex. o Banco Mundial), principalmente nos países da América Latina e demais países pobres do capital.

O Banco Mundial foi criado em 1944, através da Conferência de Bretton Woods, que tinha como objetivo procurar uma solução para alavancar financeiramente os países muito prejudicados pela segunda guerra mundial. O Banco Mundial se caracteriza como uma das instituições financeiras mais influentes nos últimos anos,

ele possui como proposta inicial colaborar através de empréstimos, a juros baixos, aos países afligidos pela guerra. Um dos condicionantes destes empréstimos realizados pelo Banco Mundial era que todos os países devedores deveriam aceitar sua política de assessoria técnica. Essa assessoria técnica acontecia através de ações e projetos estipulados pelo Banco Mundial para ser seguido por todos os países devedores, essas políticas visavam atingir o máximo a economia dos países, que trazia como discurso: ajudar na administração do dinheiro emprestado, além de ser uma forma de garantir o pagamento do empréstimo.

Apesar de iniciar seu projeto com a intenção de desenvolver a globalização e o setor econômico, no final dos anos de 1960, após quase 2 décadas, o Banco Mundial muda sua política de ação, de acordo com Leher (1999), agora Banco Mundial centraliza na questão econômica em comunhão com a áreas sociais, a redução da pobreza passa a ser sua maior prioridade.

Este período de final de 1960 e início de 1970, é marcado por vários acontecimentos, primeiro tivemos a crise do petróleo, os Estados Unidos passavam por uma situação política complicada com a guerra do Vietnã, o mundo também passava por um processo de descolonização, além da consolidação de vários grupos de países não simpáticos à política e regras estadunidense. Para vencer este grupo não simpático aos Estados Unidos, foram criadas novas formas de controle, durante a guerra fria, tivemos o país se esforçado para propagar sua ideologia através da ideia de progresso científico e tecnológico.

Além dessa questão Mészáros (2011), destaca que este período marca o início de uma nova era do capital marcada por uma crise crônica, acentuada muito mais perversa do que as demais crise vivida pelo capital. Mészáros (2011), nomeou esta crise como crise estrutural do capital. Para Leher (1999), além dessa questão comentada anteriormente, a década de 1970 gerou muitos países endividados, e com isso um forte teor de exclusão social, com isso um forte sentimento anti-americano, que ajudou a redimensionar os rumos das políticas do Banco Mundial.

Segundo Pereira (2014) as políticas do banco são fortemente influenciadas pelos Estados Unidos e suas origens remontam a iniciativas estadunidenses. Para o autor, o Banco Mundial é a grande cartada dos Estados Unidos de adentrar a maioria

dos países e impor sua política. Para Wade (1997), a partir da fachada do Banco Mundial, os Estados Unidos têm controlado a política dos países da periferia da capital. Em contrapartida, o Banco Mundial se influencia dos recursos dos Estados Unidos para crescer. Ao longo do tempo, vemos que as políticas e ações do Banco Mundial teve como principal alvo os países simpáticos ao comunismo, afinal para Silva (2002) é muito mais fácil controlar um país através da dominação da forma de pensar dessa sociedade. A educação tem sido uma grande aliada na forma de hegemonizar a ideologia estadunidense.

Foi neste contexto que gradativamente o Banco Mundial direcionou a educação como uma esfera de prioridade para os empréstimos financeiros, além da intenção de designar a educação a responsabilidade pela redução da pobreza, ela também tinha como função trazer a hegemonia dos pensamentos do Estados Unidos, colaborando como disseminação da cultura da paz e do combate à desigualdade social. Dessa forma, a grande prioridade do Banco Mundial dessa década era pacificar as massas por meio da educação.

Este organismo usou como justificativa para seu investimento na educação as pesquisas feitas por sua comissão científica, que apontava que a pobreza, a guerra e as maioria das desigualdades sociais se concentra nas cidades pequenas, principalmente nos campos ou periferia, onde a grande maioria das pessoas deste locais têm níveis muito baixos de escolaridade e a oportunidade de educação é escassa, sendo estes os fatores responsáveis por essas pessoas serem desempregadas e estarem muito abaixo do limite mínimo de renda necessário para ascensão social.

Porém, antes mesmo de analisar os resultados dessas pesquisas que encaixam a educação como soluções para grande parte dos problemas sociais, é necessário analisar que ainda que o Banco Mundial seja reconhecido por sua excelência em lançar pesquisas e dados sobre a pobreza, educação e desigualdade mundial, essas pesquisas não são totalmente confiáveis. Em uma análise crítica, percebemos que as pesquisas realizadas pelo Banco Mundial não se enquadram nas regras do campo científico, possuindo uma pluralidade de enfoques (Pereira, 2009). Outra problemática quando se analisa as pesquisas do Banco Mundial é que os dados de suas pesquisas oficiais, são respaldados em dados de suas próprias pesquisas

(Deaton, 2006). Isto só prova que os dados do Banco Mundial não são totalmente confiáveis em relação ao teor científico, uma vez que suas pesquisas trazem suas concepções de mundo como dados a serem seguidos e validados.

Partindo para análise científica o Banco Mundial esclarece em várias pesquisas que esta situação de pobreza, desigualdade e guerra pode ser resolvida por meio educação, não apenas educação de modo geral, mas por meio da educação básica, sendo ela a melhor forma de se alcançar o pleno desenvolvimento escolar e o aumento de habilidade para que o sujeito se adeque ao mercado de trabalho desde cedo, retirando essas pessoas dessa situação de vulnerabilidade escolar e colocando uma perspectiva de vida de acordo com as leis do mercado.

Para levar a cabo essa ideia de priorizar a educação básica, nasce por volta dos finais dos anos 1980 e início dos anos 1990 um movimento no mundo, tutelado pelo Banco Mundial, que ficaria conhecido mais tarde como a grande responsável por influenciar os países, trazendo nas suas ideias as concepções e diretrizes defendidas pelo Banco Mundial para a política educacional de todos os países do globo. Este movimento ficou conhecido como movimento Educação Para Todos (EPT), que ficou mais tarde responsável por criar a primeira conferência mundial de educação, que reuniu cerca de 157 países em Jomtien (Tailândia) em março de 1990. Este encontro resultou no estabelecimento de compromissos assumidos pelos países participantes que tinha como objetivo incentivar o acesso universal à educação, o combate ao analfabetismo e que a educação básica deveria se tornar prioridade internacional nos próximos dez anos.

Essa conferência, possuía como prioridade a defesa da universalização do ensino elementar, trazendo recomendações de ações, e políticas que priorizasse essa etapa, e as Necessidades de Básicas de Aprendizagem Para Todos (NEBAS), que se baseava na universalização de habilidades e competência meramente instrumentais: questões de matemática básica, leitura e escrita, tidas como fundamentais para a sobrevivência de todos os sujeitos, no contexto industrial e tecnológico que a sociedade estava inserida (Unesco, 1990).

Uma análise interessante desse movimento e das estratégias de defesa do Banco Mundial era que a prioridade com a educação sempre foi voltada para ensino

técnico e fundamental, nunca para ensino superior. Segundo Leher (1999), o Banco Mundial sempre possuiu uma postura de "anti universitária" ao longo da história das suas políticas. O ensino superior sempre foi defendido pelo Banco Mundial como uma etapa da educação que deveria fazer parte do setor privado. De acordo com o Banco Mundial, o ensino superior é investimento pessoal de garantia de melhores salários que deveriam ser feitos pelo indivíduo e não pelo Estado (Leher, 1999).

Para com Jimenez e Mendes Segundo (2007), as intenções do Banco Mundial em desenvolver programas em prol da educação, tendo como peça fundamental para a redução da pobreza, segue a intenção de encaixar todos os países, inclusive os países pobres, na reprodução do trabalho e do lucro. Assim, as autoras afirmam que: (...) para deixar incólumes as "responsabilidades" e as estruturas do capital, evitando, outrossim, despertar ânimos voltados à sua superação, há que se desviar o foco das causalidades, jogando, então, na conta da educação, as soluções para o agravamento da fome no mundo (Jimenez; Mendes Segundo; Rabelo, 2007, p. 133).

A partir da primeira conferência mundial de educação para todos, o Banco Mundial, tem a cada década imposto suas políticas e ideologias dentro das políticas educacionais de seus países parceiros sobre a fachada de compromissos globais de educação. Temos uma sucessão de compromisso, todos financiados pelo Banco Mundial, além da conferência de Jomtien em 1990, tivemos o Marco de Ação de Dakar em 2000, que previa metas para ao longo de 10 anos do novo século e por último a Conferência de Incheon em 2015, que prevê até 2030 que o globo cumpra 7 metas educacionais. Ou seja, durante mais de 40 anos, temos a interferência da política e ideologia do Banco Mundial dentro da política educacional dos países pobres. Diante desse cenário já consolidado podemos concluir que a política educacional mundial tem se pautado nos ideais do banco mundial para construir suas políticas, ganhando essa instituição espaço de poder e decisão em muitas das políticas.

Nos últimos anos, desde de 2018, podemos perceber uma hegemonia do Banco mundial em apontar que a educação passa por uma crise da aprendizagem, todavia analisando pela quantidade de tempo que o Banco Mundial tem tido controle sobre as políticas educacionais da maioria dos países do globo podemos perceber que discurso tem favorecido o Banco Mundial de diversa maneiras. No próximo tópico iremos analisar um pouco mais sobre as vantagens do discurso da crise da

aprendizagem para manutenção e continuidade da interferência do Banco Mundial no rumo da educação.

2. O CONCEITO DE “CRISE DA APRENDIZAGEM” PARA OS ORGANISMOS MULTILATERAIS: UMA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DO BANCO MUNDIAL DE 2018 A 2023.

A primeira vez que o termo crise da aprendizagem foi citado nos documentos do Banco Mundial foi em 2018, através do relatório intitulado “*Desenvolvimento Mundial 2018: Aprendizagem para realizar a promessa da educação*”, (2018). Neste relatório foi conceituado que a crise da aprendizagem como “falta de qualidade do ensino, dificultando o crescimento econômico” (Queiroz, Lima e Chaves, 2022, p.6). Este relatório vem fazer um apanhado dos avanços que o mundo tem feito na questão da pobreza, mostrando que ter acesso à educação e a saúde, direitos básicos sociais têm colaborado com o avanço na redução da desigualdade social, todavia apesar dos avanços, na esfera da educação ainda persiste a baixa qualidade do ensino público.

Assim, este relatório vem apontar que a educação vem passando por uma grave crise da aprendizagem, ou seja, mesmo que a educação tenha avançado em questão de acesso, os sujeitos participantes da educação pública não estão conseguindo adquirir as habilidades necessárias para as avanço econômico. Todavia ao analisar não apenas este relatório, mas muito outros ao longo dos anos seguirão essa premissa, com isso iremos perceber o discurso da crise das aprendizagens como justificativa, ou seja, argumento para várias políticas privatistas do Banco Mundial na política educacionais dos países pobres. A primeira deste argumento está ligada à ideologia: primeiro é preciso convencer que a educação é culpada pela pobreza e desigualdade do mundo.

No relatório de 2018, o Banco Mundial aponta que mesmo os indivíduos estudando vários anos de ensino “milhões de crianças não sabem ler, escrever ou aritmética básica”. Para o Banco Mundial (2018) isso comprova a crise da aprendizagem amplia as lacunas sociais em vez de estreitá-las. No prefácio do relatório 2018, o presidente do Banco Mundo da época, Jim Yong Kim, afirmou que “Esta crise de aprendizagem é uma crise moral e econômica,”. Roberto Leher (1999)

já destacava que a educação sempre foi vista pelos organismos multilaterais como uma mola motriz do desenvolvimento econômico, não sendo diferente neste relatório. A partir dessa declaração, esta crise da aprendizagem representa para o Banco Mundial, uma falha no futuro desenvolvimento econômico dos países, principalmente nos países pobres. Sobre isso o Banco afirma que:

Quando bem ministrada a educação promete aos jovens emprego, melhores rendas, boa saúde e vida sem pobreza. Para as comunidades, a educação promove a inovação, fortalece as instituições e incentiva a coesão social. Mas esses benefícios dependem da aprendizagem e a escolarização sem aprendizagem é uma oportunidade perdida. Mais do que isso, é uma grande injustiça: as crianças a quem a sociedade não atende são as que mais necessitam de uma boa educação para serem bem-sucedidas na vida. (Banco Mundial, 2018, p.13)

Neste ponto vemos mais um discurso do Banco Mundial de responsabilizar a educação por melhores empregos, melhores rendas e pelas vidas bem sucedidas dos sujeitos. Este tipo de discurso busca disseminar a ideologia que o atual sistema econômico e seu modo de acumulação desigual não tem influência sobre a desigualdade na relação emprego, renda e sucesso na vida do sujeito e a educação pode remediar todas as mazelas sociais. Ivo Tonet (2013) aponta que a educação sozinha não pode reduzir de fato a desigualdade e a pobreza, para Demo (2019) o que acontece é que mantemos expectativas afoitas sobre educação, como se fosse cura para tudo, quando não é. Para Freitas (2018) a educação não acaba com desigualdade social. Isso porque a desigualdade está baseada nas relações econômicas e sociais que organizam a nossa sociedade, no atual modo de produção a riqueza de uns se faz às custas da pobreza de outros.

E é partindo dessa problemática da crise da aprendizagem e da educação como solução para tudo que o Banco Mundial justifica sua interferência no rumo e nas decisões das políticas educacionais. Segundo o discurso crise da aprendizagem, a educação pública esta crise sendo necessário criar mecanismos para ajudá-la a superar esta crise, e isso só possível através da sua política de qualidade. No relatório intitulado “COVID-19 NO BRASIL: Impactos e respostas de políticas públicas (2020)” lançado em 2020, o Banco Mundial já prever a necessidade de criar medidas de contenção dessa crise, que se agravou com a pandemia da Covid, para o banco mundial é preciso incentivar ainda mais as avaliações aprendizagem e propor novos

projetos e política que possa ajudar a educação a superar sua crise. Ainda sobre o tema o relatório destaca:

[...] medidas de mitigação dentro da escola e na rede escolar devem ser priorizadas. Ao retornar, provas padronizadas poderão mapear os atrasos no aprendizado e desencadear medidas personalizadas de apoio aos estudantes mais afetados (2020, p.23).

Neste contexto, podemos perceber que é a partir deste discurso que o Banco Mundial justifica sua interferência no rumo da educação brasileira, impondo políticas, projetos e programas que modificam o currículo escolar, e a dinâmica de ensino para servir a um projeto que prevê a privatização da educação. Para Queiroz, Lima e Chaves (2022), somente de investimento o relatório intitulado *“Recuperação das Perdas de Aprendizagem Provocadas pela Pandemia de COVID-19 no Brasil.”* investiu cerca de US\$250 milhões de reais em um projeto de ensino híbrido para conter a crise da aprendizagem na educação brasileira. Queiroz, Lima e Chaves (2022), chama atenção que quanto mais dinheiro, política e programa o Banco instala na educação, mas controle ele terá sobre a política e prática da educação, impondo seus interesses de privatização acima de qualquer objetivo.

Ao analisarmos este cenário não podemos esquecer que o discurso da crise da aprendizagem também é justificativa para legitimar a desvalorização da educação pública. O discurso que a educação passa por uma crise foca na crise da educação pública. No relatório publicado pelo Banco Mundial de nome *“O Estado da Crise Global da Educação: Um relatório sobre o Caminho da Recuperação (2022)”* enfatiza que a educação pública é a mais atingida pela crise da aprendizagem por falta de uma boa gestão e controle. Isso é comprovado no relatório de 2018 que o banco destaca que há “[...] *Uma má administração e governança tendem a prejudicar a qualidade da escolarização*” (Banco Mundial, 2017a, p. 2, tradução nossa, grifo do autor). Freitas (2018), fala sobre isso, apontando que há uma convicção errônea de que a educação pública não possui qualidade por falta de uma gestão guiada nos princípios do empresariado.

O Banco Mundial (2018) destaca que a educação privada possui menos problemas como a aprendizagem por possuir uma boa gestão por importar as formas de gestão da empresa para a educação. Assim, as políticas e programas do Banco

Mundial têm como prioridade adequar a escola à concorrência e os princípios do setor empresarial. Este é um dos primeiros passos para levar a cabo a privatização da educação, além de desmerecer a escola pública ainda valoriza a concorrência e busca escola que possui em sua função formar o indivíduo para o mundo da concorrência empresarial.

O que percebemos nesse discurso da crise da aprendizagem colabora de diversas maneiras de privar a educação, um dos processos é mostrar que não apenas a escola não possui qualidade, quanto está sendo investindo muito dinheiro em educação sem retorno. Segundo o relatório:

As crianças de lares marginalizados são as que mais necessitam de uma boa educação para prosperar na vida. Mas sem aprendizagem, a educação não pode ser o fator determinante para pôr fim à pobreza e promover a prosperidade compartilhada. (Banco Mundial, 2017a, p. 2, tradução nossa, grifo do autor)

O Banco Mundial (2018) confirma nesse posicionamento, que a crise da aprendizagem possui um nível social, ela afeta sempre a escola pública dos países mais pobres, sendo mais grave entre a população de baixa renda. Para o Banco, a crise da aprendizagem surge quando crianças pobres não conseguem, mesmo os sistemas de ensino público dos países possuindo mais de 9 anos de escolaridade chegar ao final de sua jornada com mínimo de aprendizagem em leitura e escrita e isso impossibilita a entrada dessa criança no mercado de trabalho.

Para o Banco Mundial é desperdício de recurso oferecer muitos anos de escolarização sem possuir qualidade, sem tirar os alunos da pobreza (Banco Mundial, 2019). Apesar e não citar claramente uma defesa a diminuição dos anos escolares o Banco mundial, defende em vários documentos que não adianta ter muitos anos de acesso à educação, gastando recursos, se a escolarização não está sendo bem aproveitadas, para a instituição é preciso modificar as formas de organização escolar, focando em currículo mais diversificado que apoie ao empreendedorismo e a aprendizagem por experiência ao longo da vida do sujeito, promovendo assim uma educação permanente.

Em documentos anteriores ao relatório, em 2017, o Banco Mundial, já enfatizava que para se ter uma mais eficiência na educação, deveria cortar gastos,

dentre as medidas para este corte de gastos, tinham a: a redução de carga horária escolar, a necessidade de alocar uma quantidade maior de alunos por sala, e também a ideia de aumentar a carga horária de professores para atividades em sala de aula, o que pressupõe a redução da carga horária dedicada à preparação de aulas (Banco Mundial, 2019). Neste contexto, percebemos uma defesa do Banco Mundial em privatizar a educação através da redução de gestão e qualidade do ensino.

Além da responsabilidade colocada em cima da gestão, o Banco Mundial também traz um discurso da crise da aprendizagem como responsabilidade do professor, não é à toa que a organização defende em vários documentos e publicações, uma diminuição do número do quadro de professores, como forma de garantia de foco e qualidade na educação. Além disso, ele defende que os professores são muitas vezes o principal fator que gera fracasso ou sucesso na aprendizagem na escola.

Muitas vezes os professores não têm as competências nem a motivação para ensinar de maneira eficaz. Os professores são o principal fator que afeta a aprendizagem nas escolas. [...] Frequentemente, os materiais não chegam às salas de aula ou, quando estão disponíveis, não têm efeito na aprendizagem. (BANCO MUNDIAL, 2017a, p. 2, tradução nossa, grifo do autor)

Esse tipo de citação mostra uma estratégia basilar, primeiro retrair do capital a responsabilização pelo fracasso escolar, além de desviar a atenção sobre as políticas destinada para a educação a anos tutelada pelo Banco Mundial. Culpabilizar o professor retira das políticas neoliberais tuteladas pelo Banco Mundial, pelas organizações multilaterais, assim como pelo grande sistema capitalista o status de culpados pela crise da aprendizagem e pela desigualdade, legitimando ainda mais a privatização e sucateamento da educação, justificando a defesa de substituir professores com formação, por profissionais de notório saber. Isso adiciona um ganho para o capital financeiro, com redução de salário e para capital ideológico, uma vez que estes professores (de notório saber) não teriam uma formação crítica sobre a realidade para a repassar aos alunos.

Uma questão também muito importante a ser pesquisada diz respeito à qualidade da educação levada em consideração para o Banco Mundial, com base nas avaliações de larga escala. Para Cara (2019) as organizações multilaterais assim

como os ultraliberais, tem reduzido a educação um insumo econômico. Sendo assim, a régua para definir qual é a qualidade da educação tem de ser disposta por meio das avaliações de larga escala. Cara (2019) aponta o *Programme for International Student Assessment* (PISA) como uma organização que tem fornecido as bases para calcular a qualidade da educação mundial, este programa é uma iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), essa instituição é pautada na economia de mercado, que tem estabelecido por meio de uma plataforma a padronização da educação.

Assim, só do Banco Mundial direcionar a educação como esfera de insumo econômico – ou seja, um fator que impulsiona a economia – já significa a negação do Direito à educação, já materializa como uma maneira de privatizar a educação, uma vez que o Banco vem reforçar a cada documento a função da educação ancorada na economia. Assim, o discurso da crise da aprendizagem disposta nestes documentos do Banco Mundial prevê em uma das suas esferas, é hegemonizar a educação como responsável pela economia, justificando porque o número de pessoas formadas e escolarizadas aumenta na mesma medida que cresce o desemprego e as desigualdades sociais. No capitalismo o desemprego é estrutural é crônico, independente da qualificação dos sujeitos, é necessário submeter o trabalho a superexploração para manter o capitalismo, o exército de reserva precisa existir para que o capitalismo continue lucrar, assim não será através da educação que iremos mudar a desigualdade. A pobreza e desigualdade só será de fato vencida quando superamos o modelo capitalista.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos por fim que há um interesse muito grande por parte do Banco Mundial em disseminar a tese que a educação no mundo passa por uma crise, e que este interesse se baseia em discursos político e ideológico que em muito favorece não apenas o próprio banco como o atual modelo econômico capitalista. Ao analisarmos criticamente nas entrelinhas dos documentos do Banco Mundial publicados nos últimos 5 anos, iremos perceber o discurso da crise das aprendizagens como justificativa, ou seja, argumento para várias políticas privatistas do Banco Mundial na

política educacional dos países pobres. Iremos encontrar o Banco Mundial como propagador e suposto solucionador desta crise.

Assim o discurso de crise da aprendizagem tem beneficiado os interesses do Banco Mundial de várias maneiras, dentre elas temos a manutenção do Banco no controle da escola, como já enfatizado com o discurso que a educação passa por uma crise da aprendizagem legítima a necessidade de sua atuação e interferência na construção da política educacional brasileira. Além disso, o controle do discurso da crise também reafirma que a educação pública não é de qualidade, precisa de mudança de gestão e eficiência, colaborando com o processo de privatização. Outro ponto do discurso da crise é responsabilização que do professor e da escola pelo fracasso da educação, uma vez que a qualidade da educação aqui avaliada por este discurso da crise da aprendizagem se baseia nas avaliações de larga escala que enxerga a educação apenas como mais uma forma de preparar a classe trabalhadora para o mercado de trabalho. Por fim, concluímos, que a crise da aprendizagem disseminada nos documentos do banco mundial não apenas favorece as políticas neoliberais do Banco Mundial como favorece a privatização da educação.

REFERÊNCIA

BANCO MUNDIAL. **Agindo agora para proteger o capital humano de nossas crianças** (2021). Disponível em: <https://www.worldbank.org/>. Acesso em: 11 maio 2022.

BANCO MUNDIAL. **Pandemia de covid-19: choques na educação e respostas de políticas** (2020). Disponível em: <https://www.worldbank.org/> . Acesso em: 30 jan. 2021.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial **2018**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/> . Acesso em: 30 jul. 2021.

BANCO MUNDIAL. **Recuperação das Perdas de Aprendizagem Provocadas pela Pandemia de COVID-19 no Brasil**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/> . Acesso em: 30 jul. 2022.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. Síntese. v. 1. Washington, DC: Banco Mundial, 2017 a.

CARA, Daniel. Contra a barbárie, o direito à educação. **Educação contra a Barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, p. 25-32, 2019.

DEATON, A. et al. **An evaluation of World Bank research, 1998-2005**. Washington, 2006.

DEMO, Pedro; DA SILVA, Renan Antônio. Obviedades não óbvias da educação- educação não pode tudo. **Revista Extensão**, v. 4, n. 2, p. 197-207, 2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. Expressão popular, 2018.

JIMENEZ, Susana; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; RABELO, Jackline. **Universalização da educação básica e reprodução do capital**: ensaio crítico sobre as diretrizes da política de Educação para Todos. Cadernos de Educação. UFPel. Pelotas- RS. 2007.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

LEHER, Roberto; MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para alívio da pobreza. 1998. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo et al., 2. ed. (rev. e ampl.) São Paulo: Boitempo, 2011

PEREIRA, João Márcio Mendes. PRONKO, Marcela (Org). **A demolição de direitos**: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980- 2013). - Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

PEREIRA. João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. 2009.

QUEIROZ, L. de A. .; LIMA, J. A. .; CHAVES, E. R. M. . Ensino remoto e crise da aprendizagem: críticas às prescrições do Banco Mundial. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1–12, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8759> . Acesso em: 7 jun. 2023.

SILVA, Maria Abadia. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. Campinas: Autores Associados, 2002.

WADE, Robert; WOLFSON, Leandro. Japón, el Banco Mundial y el arte del mantenimiento del paradigma: el Milagro del Este Asiático en perspectiva política. **Desarrollo económico**, p. 351-387, 1997.

Recebido em 14/07/2023

Versão corrigida recebida em 12/10/2023

Aceito em 20/02/2024

Publicado online em 30/08/2024